

PALESTRA:
UNIVERSIDADE, FOLCLORE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Janice Gonçalves

Doutora em História Social (USP)
Professora do Departamento de História e do
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Integrante do Laboratório de Patrimônio Cultural – LabPac/UDESC

Antes de tudo, agradeço aos colegas da Comissão Organizadora, em especial ao Prof. Nereu do Vale Pereira, pela oportunidade de participar do evento com uma fala no painel “A Universidade como espaço para o estudo da cultura folclórica”, partilhado com o colega do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, Jói Cletison.

Essa fala pretende (e precisa!) ser breve. Nela reunirei algumas considerações em torno dos seguintes tópicos:

- 1 - As relações entre universidade e folclore;
- 2 – Os vínculos estabelecidos entre folclore, tradição e cultura popular;
- 3 – As proximidades e distanciamentos entre folclore e patrimônio cultural (sendo que, neste tópico, pretendo abordar especificamente aspectos da trajetória do Laboratório de Patrimônio Cultural – LabPac – da Universidade do Estado de Santa Catarina).

1 - As relações entre universidade e folclore

Esse painel convida a interrogar a Universidade como espaço para o estudo da cultura folclórica. A Universidade é certamente espaço para este estudo. Mas podemos perguntar: o que não seria próprio de estudo, na Universidade? Como ideia, como projeto, como intenção e, espera-se, como realização, a Universidade é/deve ser fundamentalmente espaço de estudo, de pesquisa, de ensino, de compartilhamento de ideias, de planejamento e apoio a ações que vão além do espaço universitário, de diálogo com a tradição e com a inovação. Aberta à diversidade de pensamento, a Universidade não teria, em princípio, razão para não estar aberta também às múltiplas e variadas dimensões do folclore.

Mas, atentos à trajetória do campo folclórico, sabemos que houve tempo em que se pretendeu uma ligação mais forte com a Universidade, com a criação de cadeiras especificamente voltadas para seus temas e o reconhecimento mesmo do Folclore como uma disciplina, e não meramente como uma “parte” da Antropologia. No caso brasileiro, a trajetória do movimento folclórico aponta esse objetivo. Contudo, o próprio Renato Almeida, em 1967, em um discurso de balanço dessa iniciativa, lamentou que o Folclore não havia “entrado ainda, senão de forma ocasional, nas Universidades”. E acrescentou: “sem o estudo científico do Folclore, na Universidade, continuamos em plano de entusiasmo, muito fecundo, mas que não será duradouro, se os seus resultados não tiverem uma evidência e uma função claras.” (apud VILHENA, 1997, p.245).

Em Santa Catarina, os intelectuais reunidos em torno da Comissão Catarinense de Folclore e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina estiveram também envolvidos, nos anos 1950, no processo de criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, posteriormente incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina (também criada, em grande medida, pelo esforço desses mesmos intelectuais, com destaque para Henrique Fontes). Com essas instâncias universitárias (tardias, em Santa Catarina, em relação a outras unidades da federação), seria possível tentar garantir um lugar mais estável para o Folclore, como campo disciplinar. Oswaldo Rodrigues Cabral, primeiro presidente da Comissão Catarinense de Folclore (inicialmente Subcomissão), como professor de Antropologia daquela Faculdade e daquela Universidade, procurou fazer a sua parte na empreitada: mesmo deixando a presidência da Comissão, continuaria a refletir sobre o Folclore, inclusive produzindo a este respeito textos de apoio às aulas, em parte reunidos no livro *Cultura e folclore*, publicado pela Comissão Catarinense de Folclore em 1954.

Sem cátedras, cadeiras ou até mesmo disciplinas específicas, os estudos relativos às manifestações folclóricas disseminaram-se no meio universitário e dispersaram-se pelas mais diversas áreas, como os anais desse evento, aliás, assinalam bem: Artes (em especial Música, Dança, Teatro), Educação Física, Antropologia, História, Educação.

2 – Os vínculos entre folclore, tradição e cultura popular

Cabe destacar que não necessariamente os estudos na atualidade realizados em âmbito universitário acerca de manifestações que podem ser reconhecidas como folclóricas (e assim

seriam, pelos folcloristas) utilizam a categoria “folclore” e o qualificativo “folclórico”. Mais frequentemente, apresentam-se como estudos e pesquisas sobre culturas populares, sobre tradições culturais ou, ainda, sobre “comunidades tradicionais populares”, para lembrarmos o próprio tema desse evento.

Os vínculos entre folclore, tradição e cultura popular são estreitos, mas de forma alguma os torna equivalentes. Isso já ficava claro na Carta do Folclore Brasileiro, aprovada em 1951, no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore. Basta lembrar que, na Carta (IBECC, 1951, v.1, p.77), indicava-se que o fato folclórico era constituído pelas

[...] maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, **preservadas** pela **tradição popular** e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos **círculos eruditos** e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica. [*Grifos meus*]

Mas o tradicional não era entendido como condição *sine qua non* do fato folclórico: frisava-se ser importante que estivessem presentes a “aceitação coletiva” (independentemente do fato estudado ser anônimo ou não) e o caráter “essencialmente popular”. Entendia-se ainda que o fato folclórico não estava remetido apenas ao “fato espiritual”, devendo-se estudar a “vida popular em toda a sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual” (IBECC, 1951, v.1, p.77). A ênfase, portanto, na década de 1950, recaía mais sobre o popular do que sobre o tradicional. Édison Carneiro, em 1955, acentuava isto, destacando o dinamismo do folclore:

Em geral os fatos do folclore trazem grande sobrecarga de tradição no sentimento original, na forma de expressão, na roupagem exterior. Embora tradicional neste sentido, o folclore está sempre vivo, atual, em transformação, adaptando-se às mudanças operadas na sociedade.” (CARNEIRO, 1965, p.135 – ortografia atualizada; texto originalmente publicado em 1955)

Neste debate, a tradição, no âmbito do folclore, era lida como *elo estabelecido com experiências e vivências do passado*, mas não como permanência estática. A *existência de continuidade não eliminava renovação, releitura, recriação*; a permanência estática, aliás, inviabilizaria o próprio processo de transmissão cultural. Pois, na origem da palavra tradição (que etimologicamente vem do latim *traditio*, substantivo derivado do verbo *tradere*), temos a ideia de transmissão: a tradição é algo que se traz e se entrega a alguém. A tradição pode ser vista, portanto, como um presente, uma dádiva ou até mesmo uma herança (e, dependendo do

caso, como fardo, ou seja, herança indesejada). Daí os nexos inevitáveis, nas últimas décadas, do tema da tradição com a categoria “patrimônio cultural”.

3 – As proximidades e distanciamentos entre folclore e patrimônio cultural

No campo do patrimônio cultural (marcado basicamente pelo estudo e pelos investimentos de preservação de bens culturais transmitidos através das gerações), o termo “tradição” é há bastante tempo (ao menos desde a década de 1970) empregado nas fortes discussões e ações de valorização de várias dimensões da cultura tidas, portanto, como “tradicionais”: relaciona-se o patrimônio cultural aos “povos tradicionais”, às “populações tradicionais”, às “organizações sociais tradicionais”, ao “conhecimento tradicional”, que recobririam grupos sociais tão distintos como:

[...] povos indígenas, quilombolas e comunidades locais (caiçaras, açorianos, caipiras, babaqueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreiros, quilombolas, ribeirinhos/caboclo amazônico, ribeirinhos/caboclo não amazônico (varjeiro), sertanejos/vaqueiro, pescadores artesanais, extrativistas, seringueiros, camponeses, dentre outros). (MOREIRA, 2007, p.34)

Nesse viés, o “tradicional” é costumeiramente positivado em relação a um modelo de sociedade altamente industrializada e tecnológica, marcado pela relação predatória com o meio ambiente, pelo consumismo voraz, pela quebra dos vínculos de solidariedade grupal frente a um individualismo agressivo, arrivista e egocêntrico. Na contemporaneidade do capitalismo tardio, o “tradicional” (associado a grupos sociais que valorizam as relações harmoniosas entre seus membros e com o ambiente natural) é, com frequência cada vez maior, percebido por muitas pessoas como fonte de renovação, alimento básico de uma mudança de paradigma. Nestes termos, ao menos, o tradicional é bom (pois serve como medida para pensar, para criticar, para orientar, para seguir, para transformar).¹ Cabe lembrar que, nas tensões entre o global e o local, sobretudo a partir da década de 1980, em vários lugares do mundo, houve a emergência de demandas identitárias locais que frequentemente mobilizaram “velhas” e “novas” tradições e deram oportunidade para ações de

¹ Ver em autores como DIAS (2010) e MOREIRA (2007) como tais questões também são muito fortes entre os ambientalistas, mais claramente identificadas a partir da Convenção da Diversidade Biológica de 1992, que estabelece direitos das comunidades tradicionais em relação à utilização dos recursos da biodiversidade. Posteriormente, no caso brasileiro, também a partir da Medida Provisória n.2.186, de 2001, que originaria a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

patrimonialização de celebrações, fazeres, formas de expressão e toda uma gama de referências culturais.

É nesses quadros gerais, muito rapidamente aqui esboçados, que pode ser situado o renovado interesse acadêmico pelo folclore, nas últimas décadas – não mais apenas um interesse pelas “manifestações” folclóricas, mas igualmente pela *trajetória do campo folclórico, dos estudos folclóricos e dos folcloristas*: suas inquietações, suas metodologias, suas proposições, seus desafios. Os pesquisadores do patrimônio cultural, ao estudar o campo, também buscaram compreender suas interfaces com outras áreas e discussões, e a aproximação em relação ao campo do folclore foi uma consequência disso.

Refletir sobre o patrimônio cultural significa, hoje, refletir sobre uma das dimensões fundamentais das relações que contemporaneamente estabelecemos entre passado e presente, entre história e memória. O patrimônio cultural é, neste caso, um tema inescapável.

Daí que os docentes do Departamento de História da UDESC tenham proposto e aprovado, há quase uma década, a incorporação, à matriz curricular da graduação em História, das disciplinas de Prática Curricular – Patrimônio Cultural I e II. Ministradas efetivamente desde 2006, as duas disciplinas – Patrimônio Cultural I e II – objetivam pôr em causa os mecanismos de constituição do patrimônio cultural e, mais amplamente, de construção social de memórias e de atribuição de valores aos elementos materiais e intangíveis que marcam as práticas e o cotidiano de indivíduos e grupos.

Naquelas disciplinas da graduação em História da UDESC tenciona-se compreender não só como são constituídos bens culturais na condição de “patrimônio cultural” de uma dada coletividade, como igualmente entender de que forma operam os principais agentes dessa constituição, ou seja, os profissionais e as instituições que atuam nesse campo. Daí que os graduandos, nas duas disciplinas de Prática Curricular – Patrimônio Cultural, ao menos tal como elas têm sido ministradas até o momento, devam inicialmente se aproximar dos estudos sobre esses temas, apropriando-se em alguma medida dos conceitos operativos da área e, em seguida, inserindo-se nas instituições. Deste modo, fica reservado ao primeiro semestre a realização, em equipes, de projetos a serem executados pelos graduandos no semestre seguinte, devidamente acompanhados pelos professores responsáveis pelas disciplinas e pelos técnicos das instituições envolvidas. A partir dos projetos, são feitas intervenções nas instituições, que funcionam como campo da prática curricular; tais intervenções são mediadas

pelos saberes em situação de alunos, professores e profissionais das instituições de preservação do patrimônio cultural.

Para dar suporte adequado à realização dos projetos, foi criado, em 2008, o Laboratório de Patrimônio Cultural – LabPac, vinculado ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC.

O que gostaria de ressaltar é que, embora os projetos dos graduandos, no âmbito das disciplinas de Prática Curricular – Patrimônio Cultural da UDESC, resultem em intervenções muitas vezes pouco consistentes, pois realizadas por aprendizes de historiadores que estão na metade do curso de graduação, estas intervenções certamente têm contribuído para a formação dos graduandos e também para mapeamento e estudos preliminares de um número já expressivo de bens culturais, inclusive aqueles que são mais frequentemente abarcados entre os “fatos folclóricos”. Alguns exemplos:

- Nos projetos dessas disciplinas, diversos foram os depoimentos gravados com moradores de vários bairros de Florianópolis ou mesmo de outros municípios (São Bonifácio, Tijucas), em meio aos quais surgem inúmeras alusões a locais de encontro e de convívio coletivo, a festividades populares e a práticas em desuso ou ainda muito presentes na vida daquela coletividade. É particularmente significativo o vídeo produzido em 2008 por Paulo Onésimo Minardi Pereira e Mariana Jucá de Mello, no Sertão do Ribeirão, no qual afloram cantorias, histórias sobre os engenhos de farinha e referências a causos envolvendo seres fantásticos que “conviveram” com os moradores ou seus ancestrais. O vídeo, “Aquecendo memórias”, está disponível para consulta no Laboratório de Patrimônio Cultural, assim como o relatório da dupla de ex-graduandos (o relatório também está disponível no sítio eletrônico da Biblioteca Universitária da UDESC). Isso também ocorreu em outros projetos desenvolvidos com a Casa da Memória, centro de documentação existente em Florianópolis, vinculado à Fundação Cultura de Florianópolis Franklin Cascaes, e que mantém o projeto “Memória de Bairros”.

- Outras pesquisas tentaram mapear e problematizar bens culturais passíveis de registro como “patrimônio imaterial”, como nos casos do “fazer pão de milho” ou da “festa do Pão de Milho”, em São Bonifácio, ou do fazer “pastel de Berbigão” ou ainda do fazer “tainha escalada”, na Ilha de Santa Catarina, em projetos desenvolvidos junto à Fundação Catarinense de Cultura, por meio de sua Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural. (BOEING / KLANN, 2009; PALMA/XIKOTA/SANTIAGO, 2010).

- Além disso, no âmbito do LabPac tem sido feito um esforço para compreender o processo de constituição do campo do patrimônio cultural de Santa Catarina, no que se refere aos agentes atuantes nele atuantes (instituições, profissionais) e aos bens patrimonializados. Essa compreensão tenta ser efetivada através de projetos de pesquisa (alguns deles coordenados diretamente por mim: *Nomes para o Serviço; Sementes de civilização; Patrimônio em litígio*) e através de projetos de extensão. Entre os projetos de extensão, o que está mais diretamente relacionado ao trabalho de mapeamento (com potencial para integrar os projetos de ensino e de pesquisa) é o projeto SPECULA – Sistema de Pesquisa e Referência sobre Patrimônio Cultural em Santa Catarina. O SPECULA é um portal de referência sobre o patrimônio cultural em Santa Catarina e, embora tenha priorizado inicialmente a disponibilização de dados sobre o chamado patrimônio edificado (o já protegido através de tombamento federal e estadual), a partir de 2013 tem reunido também informações sobre celebrações, modos de fazer, formas de expressão e lugares referenciais para diferentes grupos de Santa Catarina, estejam ou não registrados ou inventariados.

- Com a realização de eventos de extensão o LabPac também procura divulgar suas atividades e pôr em contato pesquisadores do patrimônio cultural e áreas afins, tais como a Jornada Catarinense de Estudos sobre Patrimônio Cultural, evento anual que em 2014 terá sua quarta edição.

Para mais bem conhecer as atividades do Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC, de forma ampla e relativamente rápida, é possível visitar o seu sítio eletrônico: <www.labpa.faed.udesc.br>

Lembrando o que dissemos no início, acerca da universidade, encerro minha fala indicando o esforço do Laboratório de Patrimônio Cultural de ser, dentro da Universidade, um espaço de estudo, pesquisa e ensino, de compartilhamento de ideias, de diálogo com a tradição e com a inovação, podendo inclusive colaborar para a definição de políticas públicas e mecanismos de salvaguarda (ou “sustentabilidade”) de bens culturais. Um espaço também aberto, portanto, às reflexões que se referem às múltiplas e variadas dimensões do folclore.

Referências

BOEING, Rafael; KLANN, Carlos. **Saboreando memórias – o “fazer” e a celebração do pão de milho em São Bonifácio, SC [Relatório da disciplina de Prática Curricular –**

Patrimônio Cultural II]. Florianópolis, 2009. Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Acervo: Laboratório de Patrimônio Cultural – LabPac/UDESC.

CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

DIAS, Eliotério Fachin. A tutela dos conhecimentos tradicionais associados e a biodiversidade. A repartição de benefícios às comunidades locais, quilombolas e indígenas. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2619, 2 set. 2010. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/17318>>. Acesso em 31 ago. 2011.

IBECC - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Anais do 1º. Congresso Brasileiro de Folclore.** Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1951. 3v.

MOREIRA, Eliane. Conhecimento tradicional e a proteção. **T&C Amazônia**, n. 11, p.33-41, jun. 2007. Disponível em: <https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/005_rev011_conhecimento_tradicional_e_a_protecao.pdf>. Acesso em 31 de agosto de 2011.

PALMA, Gisele Bochi; XIKOTA, Daniela; SANTIAGO, Matheus. **Sabores da tradição: modos de fazer na gastronomia da Ilha de Santa Catarina** [Relatório da disciplina de Prática Curricular – Patrimônio Cultural II]. Florianópolis, 2010. Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Acervo: Laboratório de Patrimônio Cultural – LabPac/UDESC.

PEREIRA, Paulo Onésimo Minardi; MELLO, Mariana Jucá de. **Memória do Sertão do Ribeirão a partir dos engenhos: aquecendo memórias** [Relatório da disciplina de Prática Curricular – Patrimônio Cultural II]. Florianópolis, 2008. Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em : <<http://www.pergamumweb.udesc.br/dados-bu/000000/000000000000B/00000BA4.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

VILHENA, Luíz Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964.** Rio de Janeiro: FUNARTE, FGV, 1997.